

Parecer nº 59/98

Data: 1998.05.27

Processo nº 295

Entidade requerente: Câmara Municipal de Almeida

I - O Pedido

- 1- O cidadão José Augusto Monteiro João requereu à Câmara Municipal de Almeida “Certidão ou reprodução autenticadas de informações referentes ao Sr. Presidente da Câmara, a saber:
 1. Ordenado base ilíquido mensal.
 2. Ordenado líquido mensal.
 3. Discriminação de outras verbas constitutivas do ordenamento recebidos a qualquer título.
 4. Discriminações dos respectivos descontos.
 5. Discriminação de todas as verbas recebidas mensalmente a título de ajudas de custo, referentes ao período de 1 de Janeiro de 1994 a 31 de Outubro de 1997.
 6. Discriminação de todas as verbas recebidas mensalmente a título de despesas de representação, referentes ao mesmo período.
 7. Quaisquer pedidos de parecer formulados pelo Senhor Presidente a quaisquer entidades concorrentes à constituição do ordenado do Presidente da Câmara.
 8. Quaisquer respostas recebidas em função dos pareceres pedidos.
 9. Qual a localidade de residência que o Sr. Presidente da Câmara indicou nos respectivos Serviços Administrativos e Financeiros e em função de qual lhe são processadas as ajudas de custo.
- 2- Invocando dúvidas sobre a obrigatoriedade legal de prestar algumas das informações pedidas, a Câmara Municipal de Almeida dirigiu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos um pedido de parecer sobre “a

imperatividade legal de prestar todas as informações requeridas e revelar todos os documentos pretendidos”.

II - O Direito

Apesar de as informações solicitadas se referirem ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeida, não é legítimo considerar os documentos de suporte como nominativos que evidenciem informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada.

De facto, as informações solicitadas pelo referido cidadão a pontos 1 a 6 e 9 constam já das Contas da Gerência dos anos de 1994, 1995, 1996 e 1997, documentos apreciados pela Câmara e Assembleia Municipais e enviados para o Tribunal de Contas. São, portanto, documentos do conhecimento público dos eleitos locais e, por via da publicitação das deliberações da Câmara e Assembleias Municipais, poderão sê-lo também dos cidadãos.

No que se refere às informações solicitadas nos pontos 7 e 8 do requerimento, também são considerados documentos administrativos.

Parecer

Em conclusão, a Câmara Municipal de Almeida:

- Deve facultar o acesso aos dados e elementos solicitados através da forma que melhor se adequar ao tipo de informação requerida, designadamente facultando o acesso às pastas de onde constem tais elementos, não lhe competindo, contudo, organizar e agregar a informação existente.

- Caso o cidadão requerente opte por cópias autenticadas, conforme se depreende do requerimento apresentado, terá que suportar os custos inerentes nos termos da tabela de taxas em vigor.

Lisboa, 27 de Maio de 1998.

Gameiro dos Santos (Relator) – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – *Castro Martins* (Presidente)